



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### EDUCAÇÃO RURAL E URBANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: CONTRADIÇÕES E APROXIMAÇÕES

Camila Timpani Ramal\*  
(FTC)

#### RESUMO:

O presente trabalho aborda o processo de contextualização da educação no campo atualmente, bem como as relações existentes em determinar quais são os pressupostos que enfatizam as aproximações e distanciamentos entre o conceito de rural e urbano no Brasil. Para essas determinações buscam-se duas abordagens distintas: a primeira delas refere-se ao conceito de rural e urbano com sendo um continuum, teoria esta embasada por autores contemporâneos como Flores e Macêdo (2000). Não obstante, a segunda proposição que determina as relações entre rural e urbano vinculam-se ao início da República no Brasil e vinculam-se basicamente, pelas diferenças estabelecidas entre este dois contextos. Neste sentido, a última abordagem, a dicotômica tradicional mostra que na educação a característica dual entre campo e cidade representava a luta dos Ruralistas Pedagógicos em construir uma educação especificamente rural para as comunidades que ali residiam, como para o docente destinado a lecionar no campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ruralismo Pedagógico, Educação, Rural versus Urbano.

---

\*Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Araraquara. Especialista em "Planejamento e Gestão de Organizações Educacionais" pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Araraquara. Mestre em Educação, na área de "Fundamentos da Educação" pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Assessora acadêmica e professora da Faculdade Tecnologia e Ciências (FTC), Vitória da Conquista, BA. Email: [camilatimpani@hotmail.com](mailto:camilatimpani@hotmail.com)



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### INTRODUÇÃO

Atualmente em algumas regiões mais desenvolvidas do país dimensionar e exemplificar o que é rural ou urbano no sentido social se complexifica. Não há uma separação tão marcada de características que permita pensar numa identidade distinta para cada indivíduo, tão-somente através dessa origem, pois na medida em que “[...] crescentemente vem ocorrendo uma industrialização do campo, sobretudo com a intensificação da globalização os limites entre rural e urbano tornam-se tênues e haveria mesmo uma reintegração do campo e da cidade”. (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 73).

Com isso, passa a haver uma simbiose entre esses os conceitos rural e urbano, que, de certa forma, estão intrinsecamente ligados um ao outro. Assim, podemos notar a dificuldade em determinar quais aspectos estão realmente dentro do rural e os que pertencem ao urbano, principalmente na modernidade. Perguntas como: quais são as características que identificam e nomeiam um local de rural ou de urbano? O que basicamente um tem de diferente do outro? Onde termina o urbano e se inicia o rural?

Perguntas como estas levantadas acima são parte constitutiva da agenda de pesquisas da sociologia rural contemporânea e alguns autores tentam dentro de suas teorias e de seus conceitos contemplar cada uma delas ao seu modo de pensar.

Com a imposição do modo de produção capitalista na maior parte das sociedades no momento presente, o rural, assim como o urbano, e do qual passa a ser apenas uma variação, têm seus papéis modificados e redefinidos. Essa diferenciação se inicia na Inglaterra do século XVIII, com o início da Revolução Industrial, na qual as forças da natureza são domadas pela máquina a vapor,

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

possibilitando a independência da indústria e a migração para as cidades. Enfatiza Marx (2001, p.873 – aspas do autor):

[...] estabeleceram-se as “eternas leis naturais” do modo capitalista de produção, completou-se o processo de dissociação entre os trabalhadores e suas condições de trabalho, os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num pólo, e, no pólo oposto, a massa da população se converteu em assalariados/livres, em “pobres que trabalham”, essa obra-prima da indústria moderna.

No Brasil, especificamente, é possível notar esta abordagem após o processo de industrialização que data do início do século XX e se acentua a partir da década de 1930, em que a sociedade brasileira deixa os campos e migra em grande escala para as cidades.

Segundo Moreira (2005) na emergência do debate sobre o que é o rural e o que é o urbano, surge dois pólos burgueses que identificam o rural como atrasado e o urbano como ponto de referência a ser seguido. Esclarece o autor:

[...] desses pólos emergiram a atribuição de sentidos. Tais pólos foram os mais valorizados e carregam poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como pólo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido da indústria e da cidade. É nesse sentido que as idéias hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano carregam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças etc. (MOREIRA, 2005, p. 19).

No pensamento contemporâneo que aborda conceitos de rural e de urbano pode-se observar a emergência de duas grandes abordagens teóricas que se organizam para tentar identificar diferenças e semelhanças entre o urbano e o rural.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

A primeira identifica-se como a abordagem dicotômica tradicional e que busca estabelecer as oposições essenciais entre os dois espaços, destacando o rural como o atrasado, como descrito acima. Nesta abordagem, as duas realidades são determinadas pelas diferenças distintas umas das outras e essas diferenças se caracterizam, principalmente, no campo econômico em que o rural se diferencia por um tipo de atividade ligada à produção de animais e de plantas, basicamente representado pela agricultura. Já a cidade é marcada por concentrar o desenvolvimento, toda a indústria e, ainda, tem acrescido ao seu papel a complexidade das relações sociais e econômicas.

Já na abordagem do continuum rural-urbano, esta mais recente que a primeira, autores contemporâneos como Flores e Macêdo (2000) conceituam o rural como o “novo rural” e identificam nesse espaço mais semelhanças entre campo e cidade do que propriamente, diferenças. Determinado pelo processo de globalização que é parte da sociedade atual, o avanço nos meios de comunicação, internet, telefonia, rádio e televisão, chegam também ao campo, que agrega estes recursos e, agora, mais que antes interagem com a sociedade ao seu redor, juntando, em sua realidade, funções que ultrapassam as características agrícolas e que se aproximam de atividades econômicas típicas da cidade.

Ressalta Flores e Macêdo sobre o novo rural:

[...] no “novo rural”, o meio rural não é mais essencialmente agrícola. Predomina um continuum de atividades urbanas e rurais difíceis de serem especializadas distintamente. O fundamental no “novo rural” é a pluriatividade; e não monocultura. O território rural, ao invés da propriedade rural. Um conjunto de atividades não-agrícolas de emprego de renda se misturam ao contexto das atividades exclusivamente agrícolas. (FLORES; MACÊDO, 2000, p.53).

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Atribui-se ao rural, valores citadinos que chegam a ultrapassar as barreiras geográficas, impossibilitando dimensionar o que pertence ao rural e o que faz parte da cidade, uma vez que estes conceitos tornam-se complexos na dinâmica por que passa a sociedade atualmente.

Diante dessa realidade o pensamento é de que assim,

[...] metaforicamente, é como se um plano fosse dividido ao meio e suas metades recebessem respectivamente as cores preto e branco. É a primeira etapa da diferenciação, em que a atenção se foca no contraste, e não no relacionamento profundo que existe, não pelas cores, mas pelo fato de serem as metades partes de um plano. Gradualmente, a fronteira antes nítida entre as cores começa a se transformar. O preto entra no branco e o contrário, gradualmente, as tintas se misturam e por fim temos um gradiente que vai do branco em extremo do plano ao preto em outro, passando por infinitos tons de cinza. É a segunda etapa da diferenciação, quando as definições precisas são implodidas e ressurgem gloriosamente a relação profunda e a unidade existente entre preto e branco, componentes do mesmo plano, da mesma realidade. Em alguns lugares do Brasil, o plano ainda se encontra seccionado em metades contrastantes, em outros, já há o gradiente, o contínuo. (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.76).

É importante destacar que a corrente que adere ao pensamento do continuum entre rural e urbano, deixa claro que mais facilmente pode ser notada essa relação de continuidade em locais favorecidos pelo grande potencial industrial e urbanizado e que de maneira igual desenvolve tanto o urbano quanto o rural, assim podem ser identificados pela igualdade e não pela diferença, uma vez que os dois locais se desenvolvem no mesmo patamar.

Há, ainda, lugares em que o avanço tecnológico, a internet, a modernização não chegaram, o que torna visível a diferença entre o rural e o urbano e, assim, para esses locais, prevalece a conceituação tradicional dicotômica que os distingue pela diferença. Diferença essa que também pode ser positiva, pois ajuda a



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

determinar as características do atraso e do subdesenvolvimento para que, posteriormente, medidas positivas possam ser tomadas pra amenizar esse processo.

Essas correntes orientam o pensamento dos autores que debatem sobre esse assunto na contemporaneidade, mas devemos destacar que também foi assunto recorrente no pensamento dos ruralistas do início do século XX, no qual adotavam uma visão essencialmente dualista entre as duas realidades. Porém observa-se que esse pensamento dualista adotado pelos educadores ruralistas justificava-se na medida em que no Brasil a separação entre urbano e rural era tão acentuada que o dualismo, talvez, fizesse todo o sentido. Tal fato se dava por que o Brasil daquela época era essencialmente agrário e, segundo, quando a industrialização avança, as diferenças se situaram em promover o desenvolvimento apenas nos locais que se urbanizavam, deixando comprometido o desenvolvimento rural brasileiro o que deixavam perplexos os educadores fieis ao ruralismo pedagógico (MENNUCCI, 1930a, p.53).

Assim, o campo e a cidade eram vistos como espaços antagônicos. Essa afirmação, em certa medida, está correta do ponto de vista geográfico, econômico e político da época no início dos anos de 1930 e o campo relegado à falta de políticas públicas via esse processo se acentuar. O destino agora era a cidade e o campo estava entregue à própria sorte.

Para os ruralistas a menção a uma educação específica para o homem do campo era parte desse contexto e o movimento ganhou forças por combater com afinco a formação urbana do professor, o currículo que era considerado citadino e o padrão de escola que não se encaixava no ideal de formação do homem do campo e sim do da cidade. E ainda criticavam que a educação urbana privilegiava poucos e colocava em xeque a figura do camponês, visto como alguém que não precisava de educação, pois seu trabalho era exclusivamente braçal.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Esse pensamento percorreu quase todo o século XX e é necessário não privilegiar apenas a educação citadina, pois o Brasil dado a sua grande dimensão geográfica possui uma grande parcela da população que ainda reside no campo e dele tira o seu sustento. É necessário cuidado para levantar o tema sobre educação, pois

[...] o lado perverso da educação que privilegia uma pequena parte da população em detrimento de sua grande maioria, além de submeter o trabalhador rural a uma situação de inferioridade, o fazia acreditar que seu aprendizado era desnecessário, pois para pegar no cabo da enxada não se precisava de leitura. (BEZERRA NETO, 2003, p. 121).

Os ruralistas apoiavam e sustentavam as diferenças existentes entre o campo e a cidade, numa abordagem dicotômica, pois identificavam rural e urbano pela diferença e não pela igualdade, aliás, esse conceito de igualdade, no sentido geográfico, permanecia distante dos objetivos traçados pelos ruralistas.

As críticas ferrenhas presentes no discurso ruralista colocavam o campo sempre em desvantagem com relação à cidade. Dentro dessa visão ruralista pedagógica estava destinado para o campo o esquecimento do poder público e a exclusão de todo e qualquer bem social destinada a essa população.

As considerações feitas por Mennucci com relação às zonas rurais eram de que essas estavam “colocadas fora do círculo de ressonância geral, longe do bulfício das cidades, ignaras de sua própria força e de suas próprias necessidades, continuam relegadas ao desamparo e ao esquecimento” (MENNUCCI, 1946, p. 15). Era necessário estabelecer mudanças para essa relação marcada pelo abandono, esquecimento e renúncia da zona rural dentro de um Brasil que ainda era predominantemente rural. Mas, mudanças como estas não se efetivaram e foram passíveis de críticas, principalmente com relação à legislação vigente no país na



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

época, acusada de ser completamente urbanista, o que comprovava mais uma vez o grande descaso do poder público com o rural.

O educador e defensor do ruralismo pedagógico, Sud Mennucci (1946) afirmava que a forma como eram feitas as legislações brasileiras só tinham como intuito provocar o fim das populações rurais, uma vez que não se pronunciavam a favor desta, mas contra qualquer incentivo e ajuda na melhora de vida dessa camada social. Desse modo, o autor destacava que

[...] são as nossas leis, senhores, que brandam aos céus a guerra de extermínio às populações campesinas. De entre as suas frestas e comissuras, pingam gota de veneno urbanista, emparelhando os anseios mais comezinhos do homem do campo, cortando-lhes cerce as aspirações mais rasteiras e elementares. (MENNUCCI, 1946, p. 26).

Capazes de fazer com que o homem do campo deixasse o seu local de origem, as leis vigentes no país ignoravam a taxação de valores maiores, feitos aos estabelecimentos comerciais, que se fixavam nas zonas rurais e, quanto mais longe do centro urbano estava localizada a zona rural maiores eram essas cobranças. “Está assente, de há muito nesse país, o preceito que manda taxar muito mais fortemente os estabelecimentos comerciais localizados na zona rural que os fixados na cidade. [...] Sofrem impostos, três, cinco, dez vezes mais altos que as suas congêneres citadinas” (MENNUCCI, 1946, p. 39).

Medidas estas que podemos considerar como sendo incentivadoras do êxodo rural, principal fenômeno a ser combatido e controlado pelos ruralistas. Acreditava-se que através da educação a população brasileira iria aderir a uma identidade nacional, o que pressupunha não ter que deixar necessariamente o campo para migrar para os centros urbanos em expansão.

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Para os ruralistas, não havia dúvida de que o rural representava tudo àquilo que a nação brasileira tinha de mais genuíno e se as leis continuassem a atender apenas a cidade, certamente todo esse ideal se perderia e o país se constituiria em uma nação de homens sem identidade e sem uma cultura singular que pudesse caracterizá-lo fielmente.

Diante dessa situação que relega o campo ao abandono das políticas públicas, só é possível demonstrar que

[...] num país que precisaria de uma legislação visceralmente rural, de proteção agrária franca e desassombrosa, para acudir a maioria de 80 por cento de sua população, que mora nos campos, organizamos o mais puro corpo de medidas de favoritismo às cidades. Todas as nossas preferências, os nossos mimos, os nossos afagos são para elas. Para as zonas rurais, quando não é uma medida que a prejudique, é o silêncio tumular. (MENNUCCI, 1946, p. 26-27).

As duas realidades apresentam-se antagonicamente também no discurso de Carneiro Leão, no qual o rural é marcado economicamente pela agricultura e se caracteriza pela sua regionalidade e pela sua inspiração advinda da natureza. Afirma o autor que a ocupação no “meio rural liga-se à agricultura, à criação, às pequenas indústrias extrativas ou de transformação das matérias primas regionais” (CARNEIRO LEÃO, 1957, p. 22).

Já com relação ao centro urbano o mesmo autor o descreve como sendo o cerne transformador da matéria prima em grande escala, dominado pelos processos manufatureiros adquirindo, ainda, feições universais e internacionais uma vez que é na cidade que ocorre a grande circulação de pessoas. É na cidade também que acontece o intercâmbio da imigração, a interação constantemente entre os indivíduos, o contato com diferentes culturas em diferentes comunidades. O rural é regional, local, peculiar; o urbano é geral, internacional, universal (CARNEIRO LEÃO, 1957, p.30).



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Tal como Mennucci, Carneiro Leão também criticava o favorecimento que a cidade adquiriu em contraposição ao campo dentro do âmbito das políticas públicas na industrialização nascente no país, assim:

[...] nossa despreocupação, se não nosso desprezo pelo meio em que nasceram nossos antepassados, vai entregando a mãos estrangeiras as nossas indústrias e grande parte de nossas terras: - as melhores fontes de nossa riqueza. Eis aí a explicação da penúria da nossa técnica, da fraqueza de nossa estrutura econômica, e mesmo de nossa economia flutuante e boemia, a formação defeituosa de nossa juventude, a ignorância de nossos problemas, nosso urbanismo excessivo o abandono de nossos meios rurais. (CARNEIRO LEÃO, 1957, p. 80).

A preocupação em determinar as diferenças entre o rural e o urbano foi o que levou a corrente do ruralismo pedagógico a propor uma educação específica para o homem do campo. A tentativa de resgatar a figura desse homem e a sua identidade permeou todo o projeto pedagógico dos ruralistas com o fim de resgatar uma identidade nacional que segundo os ruralistas pouco a pouco se perdia devido ao processo de industrialização e urbanização pelo qual passava o Brasil na época, como já mencionado anteriormente.

No campo educacional esta característica dual entre campo e cidade era representada pela luta dos ruralistas em construir uma educação especificamente rural para as comunidades camponesas, como para o docente destinado a lecionar no campo.

As representações das escolas não aproximavam as duas realidades, pois segundo os ruralistas os governantes praticamente esqueciam o campo e concentravam todos os seus recursos na educação da cidade e, ainda, abriam concessões às propostas dos migrantes contribuindo para a descaracterização identitária do nosso país. Esses fatos somados só prejudicavam a vida educacional dos jovens camponeses, pois “as práticas educativas, proporcionadas pelo Estado,



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

havam se tornado grandes aliadas das correntes urbanas que queriam ver favorecidas as mentalidades urbanistas e as propostas migrantistas aí implementadas”. (BEZERRA NETO, 2003, p. 113).

Diante desse pensamento, fazia jus às reivindicações dos ruralistas pedagógicos, no sentido de determinar uma escola específica para a comunidade rural e que através dela o homem do campo pudesse encontrar caminhos que beneficiassem sua vida economicamente, socialmente e politicamente através de um conhecimento técnico apreendido nos bancos escolares, uma vez que todas as instâncias do governo e a sociedade voltavam sua atenção para a vida política, cultural e econômica da cidade.

Já no contexto atual as abordagens teóricas que expressam o urbano e o rural são influenciadas pelos aspectos da modernidade e da globalização que determinam a forma de pensar e de agir da sociedade atual. O mundo está interligado por meio da internet, dos meios de comunicação da telefonia e as fronteiras agora são apenas geográficas, delimitadas por questões políticas e territoriais. Aonde o desenvolvimento chegou, como descrevem Siqueira e Osório (2001, p. 76) existe uma linha tênue e acinzentada, uma “fronteira em transformação” entre o urbano e o rural e, talvez por isso, exista tanta cautela em relacionar divergências entre os dois conceitos em países desenvolvidos na atualidade. Já os países que ainda permanecem em fase de desenvolvimento expõem para a sociedade uma realidade ainda bem expressiva do que é comum determinar como sendo rural e urbano, proclamando, desse modo, a idéia tradicional dualista dos conceitos, como já foi exposto anteriormente.

O contexto histórico no qual o Brasil inicia o século XX, não proporcionou uma visão que refletisse um pensamento de conexão entre as duas realidades, pelo próprio fato de que nessa época, abordavam-se os temas essencialmente ligados ao processo de urbanização. Isso não fazia muito sentido no Brasil da época, pois às



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

fronteiras geográficas, sociais e políticas que delimitavam as atividades econômicas da cidade e da zona rural respectivamente, manufatura e agricultura estavam ainda incipientes e desde então, notava-se um descaso com os aspectos ruralistas, paradoxo que se estabelecia na realidade brasileira uma vez que o país ainda se constituía essencialmente rural.

Diante dessa conceituação em negar a importância do campo brasileiro, certificava-se e atribuía-se conceitos que só aprofundavam essa questão e a imensa diferença entre zona rural e zona urbana aparecia nos discursos e leis, diferença essa que também foi aprofundada com o ideal de educação rural vislumbrado e almejado pelo pensamento do ruralismo pedagógico, pois corroborava em distinguir a educação rural da urbana.

### REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas de ruralidades no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigoscientificos/2000/Funcoes\\_e\\_medidas.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigoscientificos/2000/Funcoes_e_medidas.pdf)>.

Acesso em: 12/02/2009.

BEZERRA NETO, L. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n], 2003.

\_\_\_\_\_. **Sem-terra aprende e ensina**. Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

CARNEIRO LEÃO, A. **Panorama sociológico do Brasil**. Rio de Janeiro: INEP/Ministério da Educação e Cultura, 1957.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 set. 2009.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

COUTO FILHO, V. de A. Os “novos rurais baianos”. IN: GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro**. Uma análise Estadual- Nordeste. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, V.2, 2000, p. 97- 137.

FLORES, M. X; MACÊDO, M. M. C. Políticas para o novo mundo rural brasileiro. In: GARZIANO DA SILVA, J; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro**. Políticas públicas. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, v. 4, 2000, p. 51-59.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: **O Capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro: O processo de Produção de Capital. Vol. II. 17 ed. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 827- 877.

MENNUCCI, S. **A crise brasileira de educação**. São Paulo: Oficinas Gráficas dos irmãos Ferraz, 1930a.

\_\_\_\_\_. **O que fiz e pretendia fazer**. São Paulo: Oficinas Graphics dos irmãos Ferraz, 1930b.

\_\_\_\_\_. **Discursos e Conferências Ruralistas**. São Paulo, 1946.

MOREIRA, R. J. (Org). **Identidades sociais**. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1974.

SATHER, D. dos R. **O rural e o urbano no Brasil**, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006\\_777.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_777.pdf)>. Acesso em: 25/11/ 2008

WANDERLEY, M de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural... **Campo- Território: revista de Geografia Agrária**, V.1, N.1, 2006. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 12/03/2009.